

ADVOGADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

- a) este caderno, com os enunciados das 60 (sessenta) questões das Provas Objetivas (com valor de 1 ponto cada), da elaboração da peça jurídica (com valor de 5 pontos) e das 2 (duas) questões da Prova Discursiva (com valor de 2,5 pontos cada), sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

1ª ETAPA - PROVAS OBJETIVAS				
Conhecimentos Básicos				Conhecimentos Específicos
Língua Portuguesa	Conhecimentos de Informática	Ética	Atualidades	
1 a 4	5 a 8	9 a 12	13 a 15	16 a 60

2ª ETAPA - PROVA DISCURSIVA	
PEÇA JURÍDICA	QUESTÕES DISCURSIVAS
-	1 e 2

- b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento da Prova Discursiva grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas.

- 02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
- se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**;
 - se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- Obs.** O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**, a qualquer momento.
- 09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 10 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA grameado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva e ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
- 11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 5 (CINCO) HORAS**, incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA grameado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva**.
- 12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

1ª ETAPA - PROVAS OBJETIVAS
CONHECIMENTOS BÁSICOS
LÍNGUA PORTUGUESA

A palavra

Freud costumava dizer que os escritores pre-
cederam os psicanalistas na descoberta do incons-
ciente. Tudo porque literatura e psicanálise têm um
profundo elo em comum: a palavra.

5 Já me perguntei algumas vezes como é que uma
pessoa que tem dificuldade com a palavra consegue
externar suas fantasias e carências durante uma te-
rapia. Consultas são um refinado exercício de comu-
nicação. Se relacionamentos amorosos fracassam
10 por falhas na comunicação, creio que a relação tera-
pêutica também poderá naufragar diante da imposs-
bilidade de o paciente se fazer entender.

Estou lendo um belo livro de uma autora que,
além de poeta, é psicanalista, Sandra Niskier Flanzer.
15 E o livro se chama justamente “a pa-lavra”, assim, em
minúsculas e salientando o verbo contido no substan-
tivo. Lavar: revolver e sulcar a terra, prepará-la para
o cultivo.

Se eu tenho um Deus, e tenho alguns, a palavra
20 é certamente um deles. Um Deus feminino, porém
não menos dominador. Ela, a palavra, foi determinan-
te na minha trajetória não só profissional, mas exis-
tencial. Só cheguei a algum lugar nessa vida por me
expressar com clareza, algo que muitos consideram
25 fácil, mas fácil é escrever com afetação. A clareza
exige simplicidade, foco, precisão e generosidade. A
pessoa que nos ouve e que nos lê não é obrigada a
ter uma bola de cristal para descobrir o que queremos
dizer. Falar e escrever sem necessidade de tradução
30 ou legenda: eis um dom que é preciso desenvolver
todos os dias por aqueles que apreciam viver num
mundo com menos obstáculo.

A palavra, que ferramenta.

É uma pena que haja tamanha displicência em
35 relação ao seu uso. Poucos se dão conta de que ela
é a chave que abre as portas mais emperradas, que
ela facilita negociações, encurta caminhos, cria laços,
aproxima as pessoas. Tanta gente nasce e morre
sem dialogar com a vida. Contam coisas, falam por
40 falar, mas não conversam, não usam a palavra como
elemento de troca. Encantam-se pelo som da própria
voz e, nessa onda narcísica, qualquer palavra lhes
serve.

Mas não. Não serve qualquer uma.

45 A palavra exata é um pequeno diamante. Em-
beleza tudo: o convívio, o poema, o amor. Quando
a palavra não tem serventia alguma, o silêncio man-
tém-se no posto daquele que melhor fala por nós.

Em terapia – voltemos ao assunto inicial – temos
50 que nos apresentar sem defesas, relatar impressões
do passado, tornar públicas nossas aflições mais se-

cretas, perder o pudor diante das nossas fraquezas,
ser honestos de uma forma quase violenta, tudo em
busca de uma “absolvição” que nos permita viver sem
55 arrastar tantas correntes. Como atingir o ponto ne-
vrálgico das nossas dores sem o bisturi certo da
palavra? É através dela que a gente se cura.

MEDEIROS, Martha. A palavra. *Revista O Globo*. 18 set. 2011.

1

No segundo parágrafo, ao se referir à comunicação, a cro-
nista valoriza a terapia, expressando seu ponto de vista
em relação a esta.

O recurso linguístico que evidencia isso é o uso do(a)

- (A) advérbio **já** (l. 5)
- (B) pronome possessivo **suas** (l. 7)
- (C) adjetivo **refinado** (l. 8)
- (D) conjunção **se** (l. 9)
- (E) verbo **entender** (l. 12)

2

No período “Um Deus feminino, porém não menos domi-
nador.” (l. 20-21), o uso da conjunção insere a ideia de
que a palavra

- (A) enobrece o homem.
- (B) apresenta função religiosa.
- (C) pertence ao gênero feminino.
- (D) exerce poder sobre as pessoas.
- (E) hierarquiza a relação entre os sexos.

3

O trecho “Mas não. Não serve qualquer uma.” (l. 44) pode
ter sua pontuação alterada, sem modificar-lhe o sentido
original, em:

- (A) Mas não: não serve qualquer uma.
- (B) Mas, não; não, serve qualquer uma.
- (C) Mas não; não serve, qualquer uma.
- (D) Mas: não, não. Serve qualquer uma.
- (E) Mas não – não; serve qualquer uma.

4

Em “Como atingir o ponto nevrálgico das nossas dores
sem o bisturi certo da palavra?” (l. 55-57), afirma-se
que a palavra funciona como um bisturi.

Que outro trecho do texto colabora para a construção des-
sa opinião?

- (A) “Consultas são um refinado exercício de comunica-
ção.” (l. 8-9)
- (B) “Lavar: revolver e sulcar a terra, prepará-la para o
cultivo.” (l. 17-18)
- (C) “A palavra, que ferramenta.” (l. 33)
- (D) “A palavra exata é um pequeno diamante.” (l. 45)
- (E) “Embeleza tudo: o convívio, o poema, o amor.”
(l. 45-46)

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

5

Muito usados na internet, os pequenos programas que, entre outros serviços, fornecem barras de ferramentas, vídeo e conteúdo animado, mas que também podem funcionar mal ou ainda fornecer conteúdo indesejado são denominados

- (A) códigos Fonte
- (B) controles ActiveX
- (C) filtros SmartScreen
- (D) Banners
- (E) Spammers

6

Nos sistemas operacionais Microsoft Windows, os aplicativos como Word, Excel e PowerPoint são instalados no disco rígido do computador como arquivos

- (A) executáveis
- (B) sequenciais
- (C) indexados
- (D) de textos
- (E) de dados

Considere as suítes Microsoft Office 2007 e BrOffice.org 3.2 para responder às questões de nºs 7 e 8.

7

Comparando-se as suítes Microsoft Office e BrOffice.org, conclui-se que apenas a suíte

- (A) Microsoft Office pode ser instalada em plataformas Linux.
- (B) Microsoft Office permite inserir hiperlinks em planilhas de cálculos.
- (C) Microsoft Office contém um aplicativo que auxilia na apresentação de palestras fornecendo recursos de imagens, sons, textos e vídeos.
- (D) BrOffice.org é baseada em padrões abertos, podendo ser obtida de forma gratuita.
- (E) BrOffice.org permite a criação de tabelas em seu editor de textos.

8

O Math é um aplicativo que pode ser usado como um(a)

- (A) apresentador de objetos multimídia em 3D
- (B) digital reader de textos e imagens gráficas
- (C) editor de equações para documentos de texto
- (D) manipulador de bancos de dados descomplicados
- (E) ferramenta de comunicação por meio de gráficos e diagramas

ÉTICA

9

Um dirigente de organismo financeiro internacional privilegiou, em promoção na carreira, pessoa com quem manteve relacionamento afetivo por determinado período.

À luz das normas de conduta ética, tal atitude

- (A) é corriqueira e depende da cultura de cada instituição, que define os comportamentos dos indivíduos segundo as relações de poder.
- (B) é inaceitável nas empresas que editam códigos de ética, uma vez que discriminam sem utilizar critérios objetivos, mas pessoais.
- (C) é aceitável, mesmo quando existe código de ética, porque os dirigentes das instituições financeiras são livres para promover quem queiram.
- (D) seria aceitável se o comitê de promoção adotasse os mesmos critérios para todas as relações afetivas dos dirigentes.
- (E) realiza o princípio da personalidade que deve ser aplicado nas relações empresariais.

10

Suponha que um funcionário de uma empresa financeira pública pretenda que os clientes vinculados à sua carteira contribuam para a empresa de um parente em dificuldades financeiras, afirmando que tal prática é permitida pela empresa na qual trabalha.

Sob a perspectiva do Código de Ética da CEF, sabe-se que

- (A) a CEF, em ocasiões especiais, admite que os parceiros comerciais sejam instados a auxiliar financeiramente seus empregados.
- (B) as empresas vinculadas a empregados da CEF têm preferência nos serviços prestados às agências.
- (C) as solicitações de auxílio financeiro são vedadas aos trabalhadores da CEF.
- (D) os parentes dos empregados da CEF devem ter preferência nos empréstimos gerados pela instituição financeira.
- (E) os parentes e empregados têm preferência nos empréstimos, no caso de os recursos serem próprios.

11

Determinados funcionários da agência W realizam campanha para discriminar o recolhimento de lixo, observada a sua espécie, para programa de reciclagem.

Nos termos do Código de Ética da CEF, tal projeto é

- (A) irrelevante, uma vez que o ambiente não tem ligação com o programa de ética da empresa.
- (B) relevante para a sociedade, no entanto, fora dos parâmetros gerenciais adotados por instituições financeiras, incluída a CEF.
- (C) realização de um dos valores perseguidos pelo Código de Ética empresarial adotado pela empresa.
- (D) plano a ser adotado no futuro após ampla discussão sobre o tema em assembleias de funcionários.
- (E) considerado iniciativa individual, sem qualquer vínculo com a empresa, mas admitida como bom empreendimento.

12

O advogado W, pertencente aos quadros de uma instituição financeira pública, após priorizar atendimento e resolver questão intrincada para um cliente frequente da instituição, é surpreendido com a entrega, a mando do referido cliente, em sua residência, de um automóvel popular, com zero de quilometragem, com as chaves e a documentação em seu nome.

À luz das normas do Código de Ética da CEF,

- (A) a situação é condenável, devendo ser preservado o padrão de relacionamento equânime, a fim de não causar diferenciações entre os clientes e induzir a facilidades.
- (B) a oferta de presentes aos funcionários é considerada atitude normal de clientes satisfeitos com o alto padrão de atendimento.
- (C) a oferta voluntária ou mediante solicitação tem respaldo no sistema de ética da CEF.
- (D) os presentes ofertados aos funcionários, além de caracterizar satisfação dos clientes, aproximam a instituição da sociedade, em razão dos serviços especializados.
- (E) os presentes de valor condenável devem ser rateados pelos funcionários do setor como forma de política de incentivo.

ATUALIDADES

13

Entre 1800 e 2010 a população cresceu, aproximadamente, sete vezes (de 1 bilhão para 7 bilhões de habitantes), e a economia (PIB) aumentou cerca de 50 vezes. Hoje, pode-se dimensionar o impacto do ser humano na Terra por meio de uma metodologia utilizada para medir as quantidades de terra e de água (em termos de hectares globais – gha) que seriam necessárias para sustentar o consumo atual da população.

ALVES, J. A Terra no limite. **Revista Veja**, ed. especial, ano 43, n. 2196, dez. 2010, p. 24. Adaptado.

No contexto da sustentabilidade planetária, a metodologia acima é denominada

- (A) agroecologia
- (B) biorremediação
- (C) controle biológico
- (D) manejo ambiental
- (E) pegada ecológica

14

No Brasil, a crise da dívida externa e as políticas liberais que se seguiram à estabilização dos anos 90 encerraram uma longa trajetória de crescimento industrial e criaram as bases para o retrocesso da indústria de transformação. A participação da indústria no PIB caiu de 35,8% em 1984 para 15,3% em 2011.

BELLUZZO, L; ALMEIDA, J. Como recuperar o vigor. **Revista CartaCapital**, São Paulo: Confiança, ano XVII, n. 687, mar. 2012, p.38.

A redução da participação industrial descrita assemelha-se àquela do país que mais se desindustrializou com a globalização atual.

Qual é esse país?

- (A) República Sul-africana
- (B) República da Alemanha
- (C) República da Coreia do Sul
- (D) Estados Unidos da América
- (E) República Popular da China

15

O mundo não vai acabar em 2012. “Que pena!”, dirão os cínicos. Mas, para aqueles que são, em variados graus, mais otimistas, 2012 será um ano de atos de equilíbrio. A Primavera Árabe vai tornar-se outro verão.

SUU KYI, A. Um senso de equilíbrio. **The economist/Revista CartaCapital**, São Paulo: Confiança. O mundo em 2012, n. 677, jan./fev. 2012, p.86.

A expressão Primavera Árabe, empregada no texto, refere-se aos levantes políticos de 2011 ocorridos majoritariamente no

- (A) norte da África
- (B) sudeste da África
- (C) sudeste da Ásia
- (D) nordeste da Ásia
- (E) centro-sul da Europa

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16

As empresas públicas prestadoras de serviços públicos e seus agentes respondem, solidária e objetivamente, por danos causados a terceiros.

PORQUE

As empresas públicas prestadoras de serviços públicos são pessoas jurídicas de direito privado submetidas a regime jurídico híbrido, sendo o regime de responsabilidade civil a elas aplicável fundamentado na teoria do risco administrativo.

Analisando-se as afirmações acima, conclui-se que

- (A) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (B) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- (C) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (D) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- (E) as duas afirmações são falsas.

17

Qual a forma de provimento de cargo público federal em que o servidor estável retorna ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de reintegração do anterior ocupante?

- (A) Readaptação
- (B) Ascensão
- (C) Recondução
- (D) Reversão
- (E) Aproveitamento

18

Com o objetivo de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, o poder concedente pode intervir na concessão por prazo determinado.

Para sua formalização, a intervenção pressupõe

- (A) lei autorizativa
- (B) lei complementar
- (C) autorização judicial
- (D) decreto do poder concedente
- (E) resolução da agência reguladora competente

19

A técnica de organização e distribuição interna de competências entre vários órgãos despersonalizados dentro de uma mesma pessoa jurídica e que tem por base a hierarquia denomina-se

- (A) descentralização
- (B) desconcentração
- (C) outorga
- (D) delegação
- (E) coordenação

20

O Tribunal de Contas da União (TCU), ao examinar uma Tomada de Contas Especial, identificou a ocorrência de irregularidade geradora de dano ao erário devidamente quantificado.

Considerando-se que o responsável pela irregularidade e pelo dano ao erário já foi notificado para manifestar-se nos autos e que suas razões de defesa foram rejeitadas, o TCU deverá

- (A) comunicar o fato imediatamente ao Ministério Público Federal, a fim de que seja ajuizada a competente ação de ressarcimento, uma vez que o TCU não tem competência para imputar o débito ao gestor responsável.
- (B) comunicar o fato imediatamente à Advocacia-Geral da União, a fim de que seja ajuizada a competente ação de ressarcimento, uma vez que o TCU não tem competência para imputar o débito ao gestor responsável.
- (C) julgar irregulares as contas do gestor responsável, cabendo ao próprio TCU promover a ação de ressarcimento por dano causado ao erário.
- (D) julgar irregulares as contas do gestor responsável, imputando-lhe o débito apurado, em decisão dotada de eficácia executiva.
- (E) remeter o processo à Controladoria-Geral da União, para que julgue as respectivas contas e aplique ao responsável as sanções previstas em lei, dentre as quais multa proporcional ao dano ao erário.

21

O prazo de caducidade do decreto expropriatório nas desapropriações por utilidade pública, contado da data de sua expedição, é de

- (A) 120 dias
- (B) 180 dias
- (C) 2 anos
- (D) 5 anos
- (E) 10 anos

22

O TRF da 2ª Região denegou a ordem de segurança pleiteada em processo de sua competência originária.

Nesse caso, qual seria o recurso cabível contra tal decisão?

- (A) Recurso Extraordinário ao STF, se a decisão contrariar dispositivo constitucional.
- (B) Recurso Especial ao STJ, se a decisão contrariar lei federal.
- (C) Recurso Ordinário ao STJ, se a decisão contrariar lei federal.
- (D) Recurso Ordinário ao STF, independentemente do conteúdo da decisão.
- (E) Recurso Ordinário ao STJ, independentemente do conteúdo da decisão.

23

Qual o ato do poder público que não pode ser objeto de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)?

- (A) Lei complementar estadual posterior à norma constitucional violada
- (B) Lei ordinária anterior à norma constitucional violada
- (C) Lei federal de efeitos concretos anterior à norma constitucional violada
- (D) Decreto municipal posterior à norma constitucional violada
- (E) Decreto federal anterior à norma constitucional violada

24

A súmula vinculante nº 13, ao reconhecer que a prática do nepotismo viola a Constituição da República, impede a contratação de parentes de autoridades e de funcionários para cargos de confiança e de comissão

- (A) somente no âmbito do Poder Executivo
- (B) somente no âmbito do Poder Judiciário
- (C) somente no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário
- (D) somente no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo
- (E) no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

25

Jonas é funcionário público estatutário exercendo a função comissionada de Chefe da Seção de Documentação do órgão Y, vinculado ao estado W. Ciente do cometimento de ilícito por parte do seu subordinado Cícero, por indulgência, não o responsabiliza.

Nesse caso, ocorreu o crime de

- (A) peculato
- (B) corrupção passiva
- (C) condescendência criminosa
- (D) advocacia administrativa
- (E) excesso de exação

26

Um comerciante, com exploração de mercearia no município Y, é surpreendido pela fiscalização dos órgãos de proteção ao consumidor, que lograram autuá-lo pela exposição de mercadorias com prazo de validade vencido.

Consoante à normativa aplicável ao caso, trata-se de tipo vinculado a crime

- (A) próprio
- (B) material
- (C) omissivo
- (D) de dano
- (E) de perigo

27

Em determinado processo judicial criminal, há, em decorrência de requerimento do Ministério Público, autorização para interceptação telefônica com o fito de angariar provas contra acusados de delitos considerados graves.

Nos termos da legislação pertinente, o prazo para a interceptação deve, regra geral, corresponder a, no máximo,

- (A) sessenta dias, com renovação
- (B) trinta dias, com renovação
- (C) vinte dias, com renovação
- (D) quinze dias, com renovação
- (E) dez dias, com renovação

28

O diretor da instituição financeira Y colocou em circulação, sem autorização escrita da sociedade emissora, documento representativo de valor mobiliário.

Tal ato é tipificado como crime contra a(o)

- (A) licitação
- (B) administração pública
- (C) ordem econômica
- (D) livre circulação de ideias
- (E) sistema financeiro nacional

29

Em caso de assalto ocorrido no interior de agência bancária, cuja vítima não é cliente do banco,

- (A) não há responsabilidade civil, porque o dano foi gerado por fato de terceiro, excludente de responsabilidade por rompimento do nexo causal.
- (B) não há responsabilidade da instituição bancária, mas da empresa de segurança do banco exclusivamente.
- (C) subsiste a responsabilidade civil subjetiva do banco, com base no art. 932, III, do Código Civil.
- (D) haverá responsabilidade civil objetiva do Estado por omissão no dever de segurança.
- (E) haverá obrigação do banco de indenizar a vítima com base no Código de Defesa do Consumidor, arts. 14 e 17, sob fundamento da teoria do risco do empreendimento.

30

Sobre os institutos da prescrição e da decadência, é um **EQUÍVOCO** considerar que

- (A) a decadência não se interrompe nem se suspende, salvo por previsão expressa em lei.
- (B) o prazo prescricional interrompido faz com que a contagem do tempo se inicie novamente.
- (C) as causas de suspensão da prescrição são de natureza pessoal.
- (D) as ações de reconhecimento de paternidade e referentes ao estado da pessoa humana prescrevem em 2 anos.
- (E) os prazos decadenciais podem ser elegidos por contrato, via manifestação expressa de vontade e desde que não restrinjam direito estabelecido em lei.

31

Num contrato de compra e venda de um bem imóvel, a cláusula que sujeita o pagamento integral do preço ao registro da baixa da hipoteca no registro de imóveis constitui

- (A) encargo, a ser cumprido pelo comprador.
- (B) condição potestativa pura, permitida por lei.
- (C) condição suspensiva, subordinando a eficácia do contrato a evento futuro e incerto.
- (D) condição suspensiva, determinando a cessação dos efeitos da compra e venda.
- (E) condição resolutiva tácita, necessária para a resolução do contrato.

32

A respeito do princípio da gravitação jurídica, sabe-se que

- (A) estabelece que a propriedade dos bens acessórios segue a sorte do bem principal, salvo disposição legal ou contratual em contrário.
- (B) permite a aquisição derivada de bens imóveis por usucapião especial.
- (C) é norma integrativa que permite ao possuidor do bem a reintegração imediata de sua posse.
- (D) é norma geral no ordenamento, podendo ser afastada pela vontade das partes somente em negócios jurídicos gratuitos.
- (E) é decorrência dos princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva e determina a necessidade de informar de maneira adequada as partes contratantes.

33

Quando o sistema processual permite a adequação do número de litisconsortes no processo, por decisão fundamentada do Juiz, essa norma aplica-se ao litisconsórcio

- (A) unitário
- (B) uniforme
- (C) compulsório
- (D) facultativo
- (E) ulterior

34

A instituição financeira K obtém sentença condenatória em processo determinando que a pessoa física YY deva pagar a quantia de R\$ 10.000,00. Após esgotados todos os procedimentos de localização de bens, constata-se que não existem bens a penhorar.

Nesse caso, à luz das regras que informam a execução civil vinculada ao cumprimento de sentença, a(o)

- (A) execução será suspensa até que surjam bens a penhorar.
- (B) execução será extinta diante da ausência de patrimônio do executado.
- (C) dívida pessoal do executado será respondida pelos bens da sua família
- (D) executado poderá ser condenado a prestar serviços voluntários para pagar sua dívida
- (E) devedor executado deverá ser perdoado para poder retomar sua atividade creditícia.

35

Em litígio ocorrido entre a empresa K e a empresa Y, houve decisão favorável à primeira, emitida pelo Tribunal de Justiça vinculado ao estado Z.

Caso a empresa perdedora pretenda recorrer ao Superior Tribunal de Justiça valendo-se de precedentes anteriores produzidos a favor de pretensão semelhante à sua, deve, à luz da legislação aplicável, apresentar recurso que seguirá o seguinte procedimento:

- (A) o presidente do tribunal de origem admitirá um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que, sobre a controvérsia, já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, levará a questão ao pleno da Corte Especial.
- (C) o relator solicitará informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.
- (D) o relator ouvirá o Ministério Público se o processo for de competência da Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*.
- (E) o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, sendo publicado, os recursos especiais sobrestados na origem terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

36

Da decisão emanada do presidente de tribunal que suspender os efeitos de medida liminar proferida em mandado de segurança, caberá o seguinte recurso:

- (A) apelação
- (B) agravo
- (C) embargos
- (D) reconsideração
- (E) inominado

37

O correntista Y pretende obter dados sobre a conta-corrente de sua genitora na instituição financeira W. Para isso, realiza o devido requerimento que vem a ser indeferido pelo gerente da agência onde a conta deveria ser cadastrada. Diante disso, Y impetra *Habeas Data* contra a instituição financeira.

Sobre o *Habeas Data*, tem-se que

- (A) é instituto restrito à prestação de informações pessoais, não podendo ser utilizado por terceiros.
- (B) é instituto substitutivo de ação com preceito condenatório para obtenção de perdas e danos.
- (C) pode ser utilizado por pessoa física para acesso de informações de pessoa jurídica.
- (D) deve ser acessado por ente de núcleo familiar desde que autorizado por procuração.
- (E) guarda informações públicas, devendo o Banco de Dados, vinculado a qualquer instituição, fornecer as informações a quem as requeira.

38

Caso um importador, na qualidade de pessoa jurídica, venha a adquirir produtos do fabricante sediado no exterior, de forma habitual e com intuito de lucro, para fins de revenda a estabelecimentos comerciais atacadistas, tem-se, nesse caso, contrato de

- (A) mútuo
- (B) franquia
- (C) *leasing* financeiro
- (D) *leasing* operacional
- (E) compra e venda mercantil

39

A Lei nº 11.101/2005, Lei de Falências, aplica-se à

- (A) sociedade seguradora
- (B) entidade de previdência complementar
- (C) instituição financeira pública ou privada
- (D) sociedade empresária e ao empresário
- (E) empresa pública e à sociedade de economia mista

40

Em relação às normas aplicáveis aos títulos de crédito industrial, considere as afirmativas que se seguem.

- I - A cédula de crédito industrial representa promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.
- II - A nota de crédito industrial representa ordem de pagamento em dinheiro, sem garantia real.
- III - A cédula de crédito industrial pode ser garantida por penhor cedular, alienação fiduciária e hipoteca cedular.
- IV - A cédula e a nota de crédito industrial são documentos que representam mercadorias ou bens e permitem sua livre disponibilidade, a exemplo do *warrant* e conhecimento de depósito.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I e III
- (B) I e IV
- (C) II e III
- (D) II e IV
- (E) III e IV

41

Em relação à natureza jurídica da cédula de crédito bancário, o referido título de crédito representa

- (A) promessa de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.
- (B) promessa de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de operação de compra e venda mercantil.
- (C) ordem de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de operação de compra e venda mercantil.
- (D) ordem de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de prestação de serviços.
- (E) ordem de pagamento em dinheiro emitida por pessoa física ou jurídica em favor de instituição financeira ou a esta equiparada, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

42

Considere as afirmativas elencadas abaixo, com base no Código de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996).

- I - A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos, e a de modelo de utilidade pelo prazo de 15 (quinze) anos contados da data de depósito.
- II - O registro do desenho industrial vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data do depósito, prorrogável por 3 (três) períodos sucessivos de 5 (cinco) anos cada.
- III - São considerados como invenção e modelo de utilidade as obras literárias, arquitetônicas e científicas.
- IV - Não se considera desenho industrial qualquer obra de caráter puramente artístico.

Está correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) I e IV
- (C) II e III
- (D) II e IV
- (E) III e IV

43

Numa determinada empresa, na composição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), destacam-se: João, presidente; Pedro, vice-presidente; Matheus, representante do empregador; André, representante dos empregados; Lucas, suplente de Matheus; e Eduardo, suplente de André.

Considerando-se a composição dessa CIPA, têm garantia provisória de emprego

- (A) Pedro e André
- (B) Pedro, André e Eduardo
- (C) Pedro, Matheus e André
- (D) João, Pedro, Matheus e André
- (E) João, Pedro, Matheus, André, Lucas e Eduardo

44

Marilda foi contratada através de empresa interposta para trabalhar como bancária em determinado banco. Ela trabalhou nessas condições por cinco anos. Após ser dispensada, Marilda moveu uma Reclamação Trabalhista para reconhecimento de vínculo diretamente com o banco, com fundamento na Súmula 331 do TST. Em sua defesa, o banco nega o vínculo empregatício, pois a relação havida com a autora era regulada através de contrato de prestação de serviços especializados e, portanto, ela estaria submetida a tal contrato. Na sentença, o juiz reconheceu o vínculo empregatício da autora com o banco.

Considerando-se a situação descrita, qual dos princípios do Direito do Trabalho rechaça a tese sustentada pelo banco?

- (A) Princípio da condição mais benéfica
- (B) Princípio da norma mais favorável
- (C) Princípio da continuidade da relação de emprego
- (D) Princípio da primazia da realidade sobre a forma
- (E) Princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas

45

Luísa ajuizou reclamação trabalhista em face da sua antiga empregadora, pleiteando horas extras e seus reflexos. No dia da audiência inaugural, a autora compareceu acompanhada de seu advogado. O advogado da reclamada também compareceu, munido de instrumento de procuração e defesa. O preposto, contudo, não compareceu. O advogado da reclamada apresentou atestado médico que informava que o preposto sofria de labirintite. O juiz aplicou a pena de revelia, não permitindo a juntada da contestação aos autos.

Considerando-se os fatos apresentados, o disposto na CLT e o entendimento do TST, o posicionamento do juiz está

- (A) correto, pois a presença do preposto da reclamada na audiência inaugural é obrigatória, não cabendo qualquer justificativa para sua ausência.
- (B) correto, uma vez que o atestado médico apresentado não era suficiente para ilidir a revelia, na medida em que o atestado deve declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do preposto no dia da audiência.
- (C) errado, porque o advogado da reclamada apresentou atestado médico que justificava a ausência do preposto na audiência.
- (D) errado, pois, caso o advogado da autora concordasse, o juiz deveria receber a contestação, mesmo o preposto estando ausente.
- (E) errado, sendo que o juiz deveria ter suspenso a audiência, designando nova data para a instrução.

46

Considerando-se as hipóteses abaixo, qual delas **NÃO** dá ensejo à movimentação da conta vinculada do FGTS, nos termos da Lei nº 8.036/1990?

- (A) Concessão de auxílio-doença pela Previdência Social.
- (B) Concessão de aposentadoria pela Previdência Social.
- (C) Extinção normal do contrato a termo, inclusive de dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019/1974.
- (D) Quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos.
- (E) Quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS.

47

O princípio da solidariedade é um princípio securitário de suma importância, pois

- (A) permite que qualquer pessoa possa participar da proteção social patrocinada pelo Estado.
- (B) permite a participação da sociedade na organização e no gerenciamento da seguridade social, mediante gestão quadripartite, com a participação de trabalhadores, empregadores, aposentados e governo.
- (C) permite a proteção coletiva, na qual as pequenas contribuições individuais geram recursos suficientes para a criação de um manto protetor sobre todos, viabilizando a concessão de prestações previdenciárias em decorrência de eventos preestabelecidos.
- (D) impede a insegurança do sistema previdenciário, pois a sua base de financiamento deve ser a mais variada possível, de modo que as oscilações setoriais não venham a comprometer a arrecadação de contribuições.
- (E) impede a redução do valor do benefício pago, a fim de evitar o prejuízo aos beneficiários da Previdência Social.

48

Eduardo foi admitido por uma empresa como estoquista, em 18/09/2007. Suas atividades eram: controlar a recepção dos materiais, confrontando tipo e quantidades com os dados contidos nas requisições, certificar a correspondência entre o material recebido e o solicitado e dispor os materiais relacionados nos pedidos, separando-os de acordo com as especificações e quantidades. Após anos de trabalho, Eduardo passou a sentir fortes dores na coluna e, em pouco tempo, não conseguia mais fazer movimentos de flexão e extensão da coluna. Após a realização de exame médico pericial, constatou-se que o empregado estava inapto para o trabalho e impossibilitado de reabilitação.

Considerando-se os fatos apresentados acima, qual dos benefícios previdenciários será concedido a Eduardo?

- (A) Aposentadoria especial
- (B) Aposentadoria por invalidez
- (C) Auxílio-doença
- (D) Auxílio-acidente
- (E) Salário-família

49

Em relação aos serviços bancários disponibilizados pela Caixa Econômica Federal (CEF) aos seus clientes, tais como: serviços relacionados a cobranças, custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários, compensação de cheques e títulos quaisquer, dentre outros, sabe-se, com base no atual sistema jurídico tributário, que a CEF

- (A) é alcançada pela incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza de competência dos Municípios, mas, por se tratar de instituição financeira regida pelas normas de direito público, se exonera da incidência do imposto sobre serviços relativos às suas atividades bancárias.
- (B) é alcançada pela incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza de competência dos Municípios, com base na lei aplicável à espécie, visto que a ela não se aplica à imunidade tributária recíproca.
- (C) goza de isenção fiscal relativa ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, em qualquer hipótese, por se tratar de empresa pública.
- (D) goza de imunidade tributária recíproca, visto se equiparar às autarquias e fundações públicas no que se refere aos impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, desde que vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (E) goza de imunidade tributária recíproca em relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza de competência dos Municípios.

50

Em relação à competência tributária exercida pelas entidades federativas, sabe-se, com base no atual sistema jurídico tributário, que a(o)

- (A) União pode instituir novos impostos, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na CRFB/1988, por lei ordinária ou medida provisória.
- (B) União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios detêm competência tributária comum para instituírem contribuições de intervenção no domínio econômico.
- (C) União pode, em decorrência da competência tributária comum exercida pelos entes federativos, instituir e cobrar o IPTU.
- (D) Distrito Federal pode, por meio de sua competência residual, instituir e cobrar novo imposto cumulativo e com fato gerador ou base de cálculo próprio dos discriminados na CRFB/1988.
- (E) Distrito Federal pode instituir e cobrar impostos estaduais e municipais.

51

É hipótese de suspensão do crédito tributário a(o)

- (A) remissão
- (B) transação
- (C) compensação
- (D) pagamento
- (E) parcelamento

52

Um contrato de financiamento, entre uma empresa brasileira e um Banco comercial holandês com filial em Londres, acaba de ser assinado pelos representantes legais das partes em Londres. Como garantia, a empresa brasileira deu em hipoteca dois imóveis situados no Brasil. O contrato nada dispõe sobre a lei aplicável ao mesmo, limitando-se a indicar Londres como foro competente para as disputas que vierem a surgir entre as partes.

Segundo o disposto na legislação brasileira, a lei aplicável a esse contrato é a

- (A) de Londres, em razão da cláusula de foro.
- (B) de Londres, por ser o local em que o contrato foi concluído.
- (C) da Holanda, por ser a sede do proponente.
- (D) brasileira, porque as garantias contratuais estão no Brasil.
- (E) brasileira, por ser o domicílio do devedor.

53

Uma controvérsia entre Brasil e Argentina teve início por conta de restrições impostas pelo governo brasileiro à entrada de certos produtos argentinos no mercado nacional. Concluída a etapa de negociação sem que se chegasse a um acordo, o governo argentino iniciou o procedimento arbitral *ad hoc* e teve ganho de causa.

Se o Brasil pretender recorrer da decisão, deverá ajuizar o recurso perante a(o)

- (A) Corte Internacional de Justiça
- (B) Corte Permanente de Justiça Internacional
- (C) Organização Mundial do Comércio (OMC)
- (D) Centro de Solução de Disputas (ICSID) do Banco Mundial
- (E) Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR)

54

O Brasil acaba de firmar relações diplomáticas com um país que comprou uma casa no Lago Sul, em Brasília, para servir de residência oficial para seu Embaixador. A casa estava precisando de reparos. Como as obras eram urgentes, o embaixador tomou R\$ 10 mil emprestados em um Banco comercial de Brasília para fazer face às despesas iniciais da obra. O empréstimo não é pago, e o Banco pretende cobrar judicialmente a dívida.

Nesse caso, o Banco

- (A) não poderá executar o contrato, porque o país estrangeiro goza de imunidade de jurisdição e de execução.
- (B) não poderá cobrar a dívida, por falta de competência da justiça brasileira quando o réu é pessoa jurídica de direito público externo ou seu representante oficial.
- (C) poderá cobrar em juízo a dívida, porque não há imunidade de jurisdição para atos *ius gestionis*.
- (D) poderá penhorar a casa, porque não há imunidade de jurisdição para atos *ius gestionis*.
- (E) precisará cobrar diretamente do Embaixador, porque os bens da Embaixada são invioláveis e impenhoráveis.

55

Paulo adquire imóvel financiado submetido ao regime de arrendamento residencial, com opção de compra. Em virtude da crise econômica, deixou de pagar as prestações devidas, ficando inadimplente.

Nos termos da legislação especial sobre o Programa de Arrendamento Residencial, a ação cabível a ser proposta pela Instituição Financeira credora será a de

- (A) reivindicação
- (B) reintegração
- (C) consignação
- (D) prestação
- (E) compensação

56

Carla, divorciada, mãe de cinco filhos, pleiteia ingresso no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

Nos termos da legislação específica, nesse programa, preenchido o requisito de renda, devem ter prioridade

- (A) idosos com mais de sessenta e cinco anos
- (B) mulheres casadas com dois filhos
- (C) famílias residentes em área de risco
- (D) pessoas domiciliadas em áreas rurais
- (E) indivíduos solteiros com dependentes

57

No complexo sistema de crédito adotado no Brasil, existem vários títulos que podem circular no mercado. Um deles é a Letra de Crédito Imobiliário.

Nos termos da legislação especial, **NÃO** é item obrigatório para constar no referido título o(a)

- (A) nome da instituição emitente
- (B) nome do titular
- (C) valor nominal
- (D) número de ordem
- (E) cláusula não à ordem, se endossável

58

Consoante à legislação que cria e organiza a Caixa Econômica Federal, **NÃO** se inclui dentre uma das finalidades da CEF

- (A) receber, em depósito, sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança.
- (B) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos.
- (C) operar, no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de sua casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população.
- (D) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Estadual e dos Bingos.
- (E) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e da continuidade.

59

Nos termos da lei complementar que regula o sigilo das informações guardadas pelas instituições financeiras, considera-se quebra de sigilo a(o)

- (A) troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.
- (B) comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa.
- (C) revelação de informações sigilosas sem o consentimento expresso dos interessados.
- (D) fiscalização pelo Banco Central do Brasil dos atos ilícitos praticados pelos diretores de instituições financeiras.
- (E) fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

60

A empresa M e Y Ltda. é ré em execução fiscal, tendo sido intimada regularmente da penhora realizada.

Nesse procedimento especial, o prazo para Embargos à Execução corresponde, em dias, a

- (A) dez
- (B) quinze
- (C) vinte
- (D) trinta
- (E) sessenta



2ª ETAPA - PROVA DISCURSIVA**PEÇA JURÍDICA**

Um correntista do Banco Y propõe ação de reparação de danos, aduzindo que o seu cartão bancário foi clonado e foram realizadas diversas operações em caixas eletrônicos e pela internet, gerando prejuízos materiais de R\$ 20.000,00. Pleiteou danos morais no valor de R\$ 100.000,00, tendo sido adotado o procedimento sumário. Aduziu, ainda, que a sua conta-corrente seria em conjunto com sua esposa e que os prejuízos seriam dobrados. No entanto, não apresentou a referida procuração e propôs a ação individualmente. O processo foi distribuído ao Juízo da 10ª Vara Cível da Comarca Z, vinculada ao estado W. Regularmente citada, a instituição financeira apresentou contestação indicando em resumo: a) vício em condição da ação; b) procedimento inadequado; c) excesso de indenização; d) culpa do autor, com provas de saques por ele realizados em caixas eletrônicos. Postulou a produção de provas adequadas ao caso.

Redija a peça defensiva, em resposta, desenvolvendo os itens indicados no enunciado.

Observação: A peça defensiva deverá ter, no mínimo, 20 e, no máximo, 60 linhas.

(valor: 5,0 pontos)

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO